

Ulisses Retornado **Joseph Ki-Zerbo e a África da perspectiva africana**

Felipe Paiva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

Pretende-se, neste artigo, fazer do conceito de pátria presente na obra do filósofo alemão Ernst Bloch uma chave de leitura para a perspectiva africana, conforme a define Joseph Ki-Zerbo. Argumenta-se que a citada perspectiva desemboca em uma original “ideia de África” que pode ser sintetizada na pátria blochiana: o lugar de regresso da humanidade não mais reificada.

Palavras-chave História da África, historiografia, teoria da História.

Abstract

This article aims to make the concept of homeland present in the work of German philosopher Ernst Bloch a reading key for african perspective, according to Joseph Ki-Zerbo. It is believed that the aforementioned prospect leads on an original “idea of Africa” which can be synthesized in Bloch’s notion of homeland: the place of return for humanity no longer reified.

Keywords African History, historiography, theory of History.

Acordou então [...] Ulisses,/que dormia na sua terra pátria, embora a não reconhecesse, pois estava fora há tanto tempo.

Homero, *Odiseia*

Neste trabalho pretende-se realizar uma leitura do fundamento teórico mais original da “*História Geral da África*”,¹ a chamada “perspectiva africana”. Esta obra, pelo seu alcance e relevância, deve ser considerada como um dos projetos mais ambiciosos sobre a história do continente africano.²

De maneira geral a abordagem erigida no primeiro volume da coleção tem na perspectiva africana seu aspecto mais inovador. O autor mais destacado neste momento, Joseph Ki-Zerbo, acaba esboçando a partir desta *perspectiva* uma nova *ideia de África*. Esta ideia de África advém do giro ótico operado. O continente passa a ser encarado como *pátria*, de acordo com a definição do filósofo alemão Ernst Bloch.

Para articular corretamente a abordagem de Ki-Zerbo com o conceito de pátria de Bloch a análise seguirá um roteiro que inclui: 1) Apresentação e problematização da gênese da perspectiva africana; 2) Análise do seu desenvolvimento teórico na *História Geral da África*;³ 3) A nova “ideia de África” declinada da perspectiva africana: a pátria.

Gênese da perspectiva africana

Nascido em 1922, na então pequena colônia francesa do Alto Volta, que posteriormente, já na independência, passaria a se chamar Burkina-Faso, Joseph Ki-Zerbo é o principal articulador teórico da *HGA*. Sua contribuição mais importante encontra-se na “perspectiva africana”. A apreensão do real alcance dessa abordagem só é possível se sua gênese for compreendida. Cabe atentar, desse modo, para uma investigação anterior de Ki-Zerbo, a sua *História da África Negra*. Assim, seguirá uma análise desta obra, intercalando alguns dos seus principais argumentos com as ideias desenvolvidas posteriormente na *HGA*.

Iniciada em 1962 e concluída em 1969, durante o Festival Pan-Africano, a *História da África Negra*, cuja primeira edição data de 1972, funcionou como ensaio da *HGA*.

1 KI-ZERBO, Joseph. (E.). *História Geral da África: metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Cortez, 2011. V. 1.

2 Trata-se, afinal, da síntese de estudos empreendidos por diferentes intelectuais com variadas tendências ideológicas e áreas diversas do conhecimento: historiadores – eminente maioria –, antropólogos, sociólogos, demógrafos, cientistas políticos, críticos literários, economistas e arqueólogos.

3 Doravante *HGA*.

Geralmente ela é tida como a síntese mais elegante das correntes historiográficas que então se debruçavam sobre o continente africano. Algumas dessas tendências seriam rigorosamente reformuladas no posterior projeto da Unesco, outras, ao contrário, seriam reforçadas.⁴

Em seu preâmbulo Ki-Zerbo anuncia que irá tratar exclusivamente da parte sul-saariana do continente – ou, conforme expressão do próprio autor: *África Negra*. Entretanto, admite que foi com “grande pesar” que omitiu o estudo sistemático da parte norte. Adverte, desse modo, tratar-se “apenas de um adiamento, e, numa edição ulterior, esta obra será uma história geral da África, englobando o sector mediterrânico, numa unidade consagrada por tantos laços milenários”.⁵ O autor demonstra uma sensibilidade histórica pan-africana que se fará sentir na obra posterior que já anuncia.⁶

Esta forma holística de encarar o continente reside na conclusão de que não se pode escrever a história da África em uma base puramente “tribal”. Tal ênfase seria inadequada em razão da agenda política da África pós-independência, na medida em que se evocava, naquele contexto, o discurso de libertação anticolonialista para fundamentar a unidade nacional. Escapar do recorte “tribal” implicava em não querer “fundar nações africanas, ou uma nova nação africana, [em] [...] uma visão cacofônica ou antagônica do seu passado”.⁷

Com efeito, as formas de organização coletiva do passado - concebidas ou não enquanto Estados centralizados -, deveriam ser vistas como organismos políticos, sendo a vinculação étnica, ou “tribal”, apenas uma das variantes. Naturalmente, o mesmo também se aplicaria aos Estados africanos pós-independência. Ademais, a própria ideia de “tribo” mostrava-se historicamente inadequada para a realidade da África, sobretudo no que concerne à parte sul-saariana.⁸

Finalizando o preâmbulo Ki-Zerbo escreve:

A obra, essa, imperfeita e por vezes, aproximativa, é lançada como uma garrafa ao mar, na esperança de que a sua mensagem seja recolhida sobretudo pelos jovens e contribua para desenhar em traços autênticos a fisionomia tão pouco conhecida, tão desfigurada, da África de ontem, fornecendo assim

4 MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Luanda: Mulemba/Mangualde: Pedago, 2013, p. 48.

5 KI-ZERBO, J. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, 2009, v. 1, p. 7.

6 Dizemos “sensibilidade pan-africana”, pois acreditamos presenciar o que Rancière chamou “partilha do sensível”. Uma partilha do sensível diz respeito tanto à existência de uma experiência comum partilhada por dada coletividade, como, também, nas partes exclusivas. O sensível partilhado refere-se ao espaço e tempo. RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2009, pp. 15-16. O fato colonial mostra-se como a partilha de uma experiência comum que engendrou como contra-narrativa a retórica pan-africana, sensível a esta experiência.

7 *Ibidem*, p. 31.

8 *Ibidem*, p. 32.

as bases para melhor a compreender e para uma mais decidida determinação no sentido de construir a África de amanhã.⁹

Observa-se outra tendência a ser desenvolvida mais tarde na *HGA*: o estabelecimento de um vínculo entre o passado e o presente da África com vistas a construir um futuro para o continente.

Para a consolidação dessa tríade temporal cabe demonstrar que a África é, também, um continente histórico. Passível, portanto, de evoluções, revoluções e estagnações em todos os campos da atuação humana – seja nas várias áreas do conhecimento, nas formas de organizações sócio-políticas, etc. Trata-se de desconstruir os mitos em torno do continente como sendo vazio de acontecimentos, ou, mais precisamente, uma *terra nullius* – literalmente “terra que pertence a ninguém”.¹⁰

Ki-Zerbo demonstra como esta vertente encontra sua formulação mais famosa no século XVIII em Hegel, permanecendo presente em diversas variações até a segunda metade do século XX.¹¹ Essa crítica ao que se convencionou chamar de historiografia colonial seria aprofundada por J.D. Fage em capítulo do volume inicial da *HGA*.

Segundo este autor, no período que antecede a expansão colonial a África já era alvo de visões mistificadas e preconceituosas. Cabe atentar, porém, que, de fato, durante esse período os europeus “só conheciam a África e os africanos sob o ângulo do comércio de escravos, num momento em que o próprio tráfico era causador de um caos social cada vez mais grave em numerosas partes do continente”. A ação colonial, iniciada no século XIX, só viria a reforçar e consolidar essa apreensão negativa da realidade africana por parte dos europeus.¹²

Hegel foi o autor que definiu esta posição de forma mais explícita. Escreveu ele que a África não seria um “continente histórico” não possuindo “nenhum movimento ou mudança para mostrar”. Nada, no continente, “se desenvolve, nele nada se forma – e, como hoje percebemos, os negros sempre foram assim”.¹³ Ainda que a influência direta do filósofo alemão na elaboração da história da África tenha tido um impacto apenas relativo, a opinião que ele expressou era representativa da ortodoxia histórica do século XIX.¹⁴ Tal opinião,

9 *Ibidem*, p. 8.

10 Termo derivado do latim que remete ao princípio legislativo-teológico que concedia aos soberanos europeus o direito de explorar as terras conquistadas durante o processo de expansão imperialista. MUDIMBE. *Op. cit.*, p. 176. Voltaremos a ele em momento oportuno.

11 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2009, pp. 11-12.

12 FAGE, J.D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, Joseph. *Op. cit.*, 2011, pp. 1-8.

13 HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora UnB, 1999, p. 88.

14 *Ibidem*.

apesar de completamente desprovida de fundamento e expressa em uma lógica anacrônica, não deixa de ter adeptos até os dias de hoje.¹⁵

Fage afirma que a partir da segunda metade do século XX a visão colonial começara a cair em descrédito com a história africana colocada em uma nova ótica. Entretanto, esta mudança de percepção não teria sido possível “sem o processo de libertação da África do jugo colonial” que expôs a “postura heroica” dos africanos frente à ação colonizadora. Conclui o autor que as “guerras de libertação em todas as colônias da África contribuíram enormemente para esse processo já que criaram [...] a possibilidade de retomar o contato com sua própria história e de controlar a sua organização”.¹⁶

Em oposição às tendências historiográficas coloniais apresentadas por Fage, Ki-Zerbo, ainda em sua *História da África Negra*, assegura que é preciso colocar-se diante da história da África numa perspectiva que seja, ao mesmo tempo, científica, humanista e, sobretudo, africana.¹⁷

Mencionando pela primeira vez, de forma embrionária, a necessidade de estruturar uma “perspectiva africana”, o autor rejeita a noção estreita de história que considera somente os documentos escritos como fontes dignas de pesquisa. Afinal, segundo este critério certas regiões da África mal estariam saindo da pré-história e associar-se-iam, invariavelmente, a uma abordagem étnica reducionista.¹⁸

Exemplificando: se os poemas homéricos expressos em linguagem escrita podem ser considerados fontes para a história ocidental, os cantos dos *griots* – guardiões das narrativas ancestrais poeticamente estruturadas – devem ser igualmente considerados para o caso africano.

Para fundamentar sua visão Ki-Zerbo evoca Marc Bloch. Este último afirmava ser um equívoco a ideia corrente segundo a qual o trabalho do historiador fosse avaliado em um

15 Gregory Maddox mostra duas ocorrências contemporâneas dessa perspectiva colonial-eurocêntrica sobre a África, vindas, respectivamente, do historiador britânico Hugh Trevor-Roper e do romancista checo Milan Kundera. O primeiro teria pronunciado que a história da África pré-colonial consistiria, tão somente, em oscilações entre tribos bárbaras. O segundo teria afirmado que o fato de centenas de milhares de africanos terem sucumbido diante de uma morte horrenda no período medieval não seria algo historicamente relevante. MADDUX, G. (E.). *Conquest and Resistance to Colonialism in Africa*. New York/London: Garland, 1993, pp. 7-9.

16 FAGE, 2011, pp. 21-22.

17 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2009, p. 14.

18 *Ibidem*, pp. 17-18.

tipo exclusivo de fonte, neste caso as de natureza escrita.¹⁹ A própria ideia de “pré-história”, enquanto recorte cronológico fixo, parece, assim, superada.²⁰

A preocupação do autor reside em demonstrar que o fato de não possuir escrita não deve ser encarado como um fator impeditivo para a estruturação de uma noção de passagem do tempo. A ideia de sequencia temporal, ou de cronologia, era, ao contrário, “essencial para a mentalidade africana, para a qual a experiência e o livro da vida constituem os únicos documentos”.²¹

Mais tarde, no volume I da *HGA*, Jan Vansina iria sintetizar este juízo ao afirmar que a “oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade”. A fonte oral propicia, tal como a fonte escrita, reconstruir o arquétipo original de determinada tradição.²² Esta reconstrução do passado africano deve, portanto, ser fruto de uma forma apropriada de lidar com o saber histórico, revisando os métodos e inovando as abordagens.

Esta forma de lidar com a prática historiográfica encontra-se vinculada tanto a uma postura científica quanto ética – incluindo-se neste campo preocupações de ordem político-ideológicas. A partir desta dupla vinculação busca-se “reconstruir e explicar o passado do homem”, trilhando o desvelamento da verdade ainda que a partir de conjecturas ou probabilidades.²³

Se valendo de metáforas, Ki-Zerbo explica que, ao invés de “líquido incolor” – que denotaria certa ideia de imparcialidade e distanciamento da realidade vivida – a história assemelha-se muito mais a um “rio vivo”, de maneira que não cabe apenas alinhar silogismos tendo por base descobertas factuais esparsas. Tal postura seria ingênua e mesmo medíocre. O historiador que assim procede, continua o autor, imagina que abraça Clio, enquanto está, apenas, manipulando uma “versão descarnada da sua imagem”.²⁴

Já os historiadores dignos deste nome devem reconhecer que além do trabalho propriamente técnico-científico que a disciplina compreende, o estudioso precisa realizar escolhas subjetivas que se referem a partes essenciais do ofício: tema de pesquisa, fontes, argumentos, estilo e público a quem é dirigido a pesquisa, por exemplo.²⁵

19 BLOCH, M. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 80.

20 KI-ZERBO. *Op. cit.*, p. 18.

21 *Ibidem*, p. 19.

22 VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. *Op. cit.*, 2011, p. 143. Por este viés é a própria ideia de “sociedades ágrafas” que está em questão, por ser tendencialmente eurocêntrica. Afinal, não se pode definir algo a partir de sua própria negação, neste caso a falta da escrita.

23 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2009, p. 34.

24 *Ibidem*.

25 *Ibidem*.

Da mesma forma, cabe reconhecer a “força violenta e obscura do subconsciente” e o peso do entorno social e dos preconceitos que nele se encontram. É a partir de todas essas variantes que o investigador procura não somente desvelar objetivamente a veracidade ou verossimilhança histórica, mas, também, encontrar a *sua* verdade, íntima e pessoal. Os melhores historiadores devem, portanto, sempre tomar partido “tanto nos livros como na vida”.²⁶

A militância, consciente e fundamentada, coaduna-se ao trabalho historiográfico e, como já havia feito, o autor evoca a figura de Marc Bloch. Dessa vez como exemplo: “O grande Prof. Marc Bloch, fuzilado pelos nazis, é um bom exemplo entre muitos outros”. Em suma, o historiador não se pode querer neutro visto que é, simultaneamente, “testemunha do passado e testemunha do homem”.²⁷

No que diz respeito a temas concernentes ao continente africano este princípio significa que “historiador da África, sem ser mercador de ódio, deve dar à opressão do tráfico de escravos e à exploração imperialista o lugar que elas realmente ocuparam na evolução do continente”. Assim, arremata, finalmente, o autor:

Nem *robot* nem visionário propulsando no passado cenários extraídos do seu próprio subconsciente, o historiador é mais simplesmente um peregrino da realidade passada. Isto significa que deve estar bem equipado e ser portador de uma chama que ilumine e – porque não? – dê calor também ao resultado da sua pesquisa. A história é uma matéria viva.²⁸

Servindo-se de um dialogismo temporal a metáfora de Ki-Zerbo assemelha o historiador a um Prometeu portador de uma chama que, ao passo que ilumina a pesquisa também ilumina a realidade vivida.²⁹ A história torna-se, assim, simultaneamente investigação e processo criativo. Não obstante, a criatividade está limitada a parâmetros disciplinares estabelecidos com vistas a não incorrer na visão anacrônica do passado.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2009, p. 35.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Prometeu é conhecido na mitologia grega por ter roubado o fogo dos deuses, presente na forja de Hefesto e no carro do Sol, tendo entregado a chama aos mortais. Seu mito denota insubmissão e subversão. Não por acaso o próprio Marx se referiu a Prometeu como o mais marcante santo entre os santos e mártires do calendário filosófico. MARX, K. *Diferencia de la filosofía de la naturaleza en Demócrito y Epicuro*. Madrid: Ayuso, 1971, p. II. Um cognato africano próximo seria a divindade Ioruba Ogum que, tal como o personagem grego, estaria “ao serviço da humanidade para que esta consiga a auto-realização”. PORTUGAL, F. S. *A Máscara do Sagrado: uma leitura mitocrítica de Mayombe*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p. 63.

Esta postura não exclui o compromisso com a verdade histórica objetiva e esta, por sua vez, não se desvincula do posicionamento ético, moral, político, em suma, ideológico, do historiador. Trata-se de admitir que a história, enquanto saber científico, não é a-topológica e possui um posicionamento e um lugar de consciência, observação e participação.³⁰

Dito isto, de qual ponto de observação deve partir o historiador, ou o estudioso em geral, que se debruça sobre a África? A resposta, como é possível intuir após o que já foi discutido, é: a própria África. Esta forma internalista de abordar o continente encontrará sua versão mais acabada na *HGA*.

A perspectiva africana na *História Geral da África*

A primeira menção a uma perspectiva africana na *HGA* aparece já nas primeiras páginas durante a apresentação geral do projeto que consta no início de cada volume da coleção – sendo escrita por Bethwell Allan Ogot:

A História Geral da África é aqui essencialmente examinada de seu interior. Obra erudita, ela também é, em larga medida, o fiel reflexo da maneira através da qual os autores africanos veem sua própria civilização. Embora elaborada em âmbito internacional e recorrendo a todos os dados científicos, a *História* será igualmente um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano, evidenciando os fatores que contribuem para a unidade do continente. Essa vontade de examinar os fatos de seu interior constitui o ineditismo da obra e poderá, além das qualidades científicas, conferir-lhe um grande valor de atualidade. Ao evidenciar a verdadeira face a África, a *História* poderia, em uma época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos.³¹

Encontram-se condensadas nesta passagem as linhas mestras fundamentais desenvolvidas anteriormente por Ki-Zerbo. Nota-se a presença da sensibilidade histórica pan-africana, a relação entre rigor científico e compromisso ético e o estabelecimento de um vínculo entre o passado e o futuro. O ponto mais original da obra encontra-se, segundo Ogot, na ótica utilizada, afinal a África será *vista do seu interior*. A fim de embasar esta perspectiva o primeiro volume da *HGA* é direcionado aos seus fundamentos metodológicos.³²

30 OBENGA, T. *O sentido da luta contra o africanismo eurocentrista*. Luanda: Mulemba/Mangualde: Pedagogo, 2013, p. 74.

31 OGOT, B. A. “Apresentação do Projeto”. In: KI-ZERBO, Joseph. *Op. cit.*, 2011, p. 28.

32 O volume também é dedicado à pré-história da África. Desta parte não trataremos na presente discussão.

Amadurecendo o que já havia desenvolvido em sua *História da África Negra*, Ki-Zerbo, agora editor do primeiro volume da *HGA*, começa por desenvolver sua noção de perspectiva africana afirmando categoricamente que “A África tem uma história”. Aceitar esta afirmativa implica soterrar, definitivamente, a ideia de espaço vazio, ou, quando muito, habitado por “tribos indígenas” submissas ao jugo colonial.³³

Fato traumático recente o colonialismo é mencionado logo na abertura da obra, como ponto de partida para as reflexões teórico-metodológicas. Passado o período das narrativas que falavam somente das “tribos indígenas” dominadas é chegada a hora “dos povos impacientes com opressão, cujos pulsos [...] [batem] no ritmo febril das lutas pela liberdade”. Esta virada de percepção, segundo Ki-Zerbo, faz da história da África, como de resto a de toda humanidade, a história de uma “tomada de consciência”.³⁴

Dessa forma,

[...] a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo o tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quando o futuro.³⁵

A história da África é expressa, assim, em termos de traumas sucedâneos: tráfico atlântico, espoliações econômicas e, o último e mais explicitado, o colonialismo. Há, nas entrelinhas, um traço distintivo entre a África e seu *outro*, o ocidente europeu.

Enquanto que, para ocidente, em sua historiografia colonial-eurocêntrica, tratava-se, durante a expansão imperialista, de ocupar e legitimar historicamente a conquista, para a África, em sua perspectiva, trata-se, agora, de evidenciar a sucessão problemática de eventos derivados dessa conquista e ocupação.

Seguindo as noções de Slavoj Žižek, é possível afirmar que o “sujeito africano” é – tal como aparece na argumentação de Ki-Zerbo –, constantemente exposto a traumas variados.³⁶

33 KI-ZERBO, J. “Introdução geral”. In: KI-ZERBO, Joseph. *Op. cit.*, 2011, p. 31.

34 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, p. 32.

35 *Ibidem*.

36 Muryatan Barbosa mapeou três formas de abordagens distintas no que concerne à perspectiva africana. São elas, respectivamente, o “regionalismo”, o “difusionismo intra-africano”, e, por fim, a abordagem centrada no “sujeito africano”. A análise através do sujeito africano se mostra como “uma explicação histórica que

Até o momento da escrita da *HGA* não era possível falar, como ainda não o é, em um sujeito pós-traumático no continente.

Na narrativa histórica ocidental o trauma é vivido, em geral, como uma intromissão momentânea que perturba violentamente o fluxo “normal” dos acontecimentos – o fascismo, e sua expressão mais sombria, o nazismo, por exemplo. Já na África o trauma é um estado de coisas permanente e, em consequência, é historicizado e modelado em uma narrativa que busca lhe preencher de sentido e mesmo superá-lo.³⁷ Nas palavras de Žižek:

[...] o que dizer daqueles para quem o trauma é um estado de coisas permanente, um modo de viver, como para quem vive em países destruídos pela guerra, como o Sudão e o Congo? Os que não têm como se proteger da experiência traumática e, portanto, não podem nem sequer afirmar que, muito depois do trauma, foram perseguidos por seu espectro, o que resta não é o espectro do trauma, mas o próprio trauma. É quase um oxímoro denomina-los sujeitos “pós-traumáticos”, já que o que torna sua situação tão traumática é a própria *persistência* do trauma.³⁸

Mesmo levando em consideração tais fatos não se trata, para Ki-Zerbo, de construir uma “história revanche”, que, por seu turno, “relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores”. Ao invés disso trata-se de “mudar a perspectiva e ressuscitar imagens esquecidas ou perdidas”. O autor parece querer buscar nas imagens do passado um capital redentor que se encontrava aparentemente perdido com a erupção do fato colonial.

visa destacar a ação política do sujeito africano, de forma mais ampla possível”. BARBOSA, M. S. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012, p. 49. De todo modo, à parte suas definições na *HGA* e no trabalho de Barbosa, consideramos o sujeito africano em seus contornos ontológicos. Isto é, pôr este sujeito em evidência é tentar romper com a perda de uma “auto-referência” que o discurso colonial da *terra nullius* havia gerado. A contraposição, no terreno mais enfaticamente epistemológico a esta noção realizou-se a partir do conceito de *perspectiva africana*. Entretanto, não é uma questão concernente somente ao método, ou à episteme. Trata-se, também, de uma perda ontológica: uma terra nula para um sujeito igualmente nulo. O sujeito africano vem subverter essa lógica da nulidade. Colocamos a discussão nos mesmos termos de Boaventura Santos e Maria Meneses a respeito da existência de epistemologias que excluem determinado sujeito do campo de visão da pesquisa e de outras que buscam (re)inseri-lo. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 17 et seq.

37 Acreditamos que o mesmo pode ser dito de outros continentes que passaram pelo fato colonial-imperialista durante a formação do capitalismo histórico. O que outrora se chamava “terceiro mundo”.

38 ŽIŽEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 200-201. A noção de “sujeito pós-traumático” é primeiramente desenvolvida pela filósofa Catherine Malabou em *Les nouveaux blessés*. Paris, Bayard, 2007. A discussão de Malabou gira em torno de uma revisão do conceito de trauma tal como definido pela tradição psicanalítica. Ressaltamos que a articulação do argumento de Ki-Zerbo com a psicanálise é algo que encontra respaldo, além na lógica argumentativa, na própria obra de Ki-Zerbo, visto que o historiador cita, recorrentemente, o método psicanalítico, que demonstra conhecer de forma bastante sólida.

Sem, entretanto, transformar o passado em um “espelho de narciso” que poderia servir de pretexto para “abstrair das tarefas da atualidade”.³⁹

Em suma, arremata Ki-Zerbo:

Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso. Se são esses os objetivos e o porquê desta iniciativa, o como – ou seja, a metodologia – é, como sempre, muito mais penoso. É justamente esse um dos objetivos desse primeiro volume da História Geral da África, elaborada sob o patrocínio da UNESCO.⁴⁰

Justificando a pertinência de seu método, Ki-Zerbo assegura que o movimento historiográfico estabelecido na *HGA* deve ser encarado como um “retorno a si mesmo” que teria valor de catarse libertadora tal como acontece no processo de “submersão em si” levado a cabo pela psicanálise, que, revelando as “bases dos entraves em nossa personalidade, desata de uma só vez os complexos que atrelam nossa consciência às raízes profundas do subconsciente”. Adverte, todavia, que não se trata de substituir o mito colonial por outro, revanchista, pois a verdade histórica, considerada matriz da consciência não-alienada e autêntica, funda-se nas suas provas e fontes rigorosamente examinadas.⁴¹

Os mitos da historiografia colonial - perceptíveis nas ideias de tribalismo congênito, inferioridade racial e passividade histórica dos povos africanos – não devem, assim, ser simplesmente invertidos. Isto somente reforçaria essas abordagens “irracionalistas” e “subjetivas” que, durante muito tempo, serviram para mascarar uma “ignorância voluntária”.⁴²

Para não pender para o exotismo e tampouco para a criação de outro mito com viés “nativista” cabe reconhecer a especificidade do contexto africano sem negar sua diversidade interna e universalidade nele compreendida. Em linguagem filosófica o autor afirma que, para tanto, basta “reconhecer que se o ser dos africanos é o mesmo – o do *Homo sapiens* – seu ‘ser-no-mundo’ é diferente”. A partir dessa constatação novos conceitos, instrumentos e técnicas de pesquisa podem ser criados e aperfeiçoados para apreender a historicidade deste sujeito.⁴³

As concepções histórico-antropológicas mais modernas devem ser inseridas criticamente no contexto africano e, quando necessário, sujeitas à revisão crítica. Segundo Ki-Zerbo, é preciso, por exemplo, insistir no proveito de uma abordagem marxista não-

39 KI-ZERBO, 2011a, p. 23.

40 *Ibidem*, p. 32.

41 KI-ZERBO, 2011a, p.

42 *Ibidem*, p. 36.

43 *Ibidem*, p. 47.

dogmática que encare a história como consciência coletiva em movimento ancorada na práxis social. Igualmente, um estruturalismo que não negue o princípio diacrônico deve ser aproveitado para a análise dos mecanismos inconscientes, mas lógicos, que enquadram as ações e as mentalidades das sociedades africanas.⁴⁴

Neste mesmo movimento cabe ainda integrar todo o fluxo do processo histórico na noção de tempo africano. A compreensão da consciência histórica africana pode trazer benefícios para a própria teoria da história. A forma de encarar o tempo no continente não é estranha à “articulação do acontecimento numa sequência de fatos que originam uns aos outros por antecedência”. O princípio da causalidade, essencial para o trabalho histórico, não é desconhecido da noção de tempo africana.⁴⁵ Esta concepção temporal é, ao mesmo tempo, dinâmica e plurilinear.

A ideia de tempo africano é desenvolvida, na *HGA*, por Ki-Zerbo e Boubou Hama. Para eles o conceito de tempo é estruturado na África de maneira simultaneamente mítica e social o que não impede que os africanos tenham “consciência de serem os agentes de sua própria história”. A ênfase, nessa interpretação da consciência histórica africana, no agente social acabaria implicando na “inspiração democrática” que “anima a concepção africana de história”.⁴⁶ A consciência histórica, assim abordada, pode ter duas declinações importantes: uma ligada à metodologia da história e outra à prática política.

A ideia de agente histórico, que essa forma de encarar a historicidade africana abarca, coaduna-se com a noção de “protagonismo consequente” – *agency* – que caberia às pessoas comuns. Este conceito influenciou escolas historiográficas africanas modernas. Como são exemplos os casos das escolas de Dar-es-Salaam, Dakar e Idaban.⁴⁷ Já a implicação política é perceptível com o apelo à democracia como fator fundamental, a ser ressuscitado, ou renovado, a partir do passado pré-colonial na construção da África independente.

Finalmente, para que as pesquisas consigam dar conta dessa história vivida, sentida e pensada, cabe a exigência imperativa primordial:

[A] exigência imperativa é que *essa história seja enfim, vista do seu interior*, a partir do polo africano, e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros; a consciência de si mesmo e o direito à diferença são pré-requisitos indispensáveis à constituição de uma personalidade coletiva

44 *Ibidem*, p. 48.

45 *Ibidem*, pp. 51-52.

46 HAMA, B.; KI-ZERBO, J. “O lugar da história na sociedade africana”. In: KI-ZERBO, J. *Op. cit.*, 2011, pp. 24-31.

47 SLENES, R. W. “A importância da África para as Ciências Humanas”. In: *História Social*. V. I, n. 19, p.22, 2010.

autônoma. Certamente, a opção e a ótica de autoexame não consistem em abolir artificialmente as conexões históricas da África com os outros continentes do Velho e do Novo Mundo. Mas tais conexões serão analisadas em termos de intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais, nas quais as contribuições positivas da África para o desenvolvimento da humanidade não deixarão de aparecer.⁴⁸

Mostra-se, por fim, estruturada solidamente a *perspectiva africana*. Não se trata de uma pura e simples inversão do olhar colonial, mas, ao contrário, implica em sua subversão. O continente funciona como *topoi* de onde o historiador manifesta seu discurso e o fundamenta. A escolha deste ponto de referência não implica na negação dos inúmeros laços que unem a África ao restante do globo. Para a perspectiva africana o isolamento seria tão nocivo quanto o paradigma colonial.

Dessa forma, a atitude ética que deriva da perspectiva africana lembra o trabalho de coivara empreendido na agricultura: limpar a terra com fogo e, das cinzas, proceder à semeadura. Essa coivara da história não comporta uma atitude vingativa e, tampouco, de autossatisfação, mas compreende um “exercício vital da memória coletiva que varre o campo do passado para reconhecer suas próprias raízes” – nas palavras de Ki-Zerbo.⁴⁹

Cabe, entretanto, não confundir este tipo de abordagem com um possível “nativismo”. O ponto de onde parte a perspectiva africana vincula-se à postura do pesquisador e não ao seu lugar de origem. É plenamente possível falar em estudiosos não oriundos do continente que façam uso da perspectiva africana. Da mesma forma, pode um pesquisador africano rejeitá-la enquanto forma de abordagem.

É claro que, no contexto em que foi escrita, a *HGA* pretendia dar maior espaço à opinião dos intelectuais africanos sobre a sua própria história, algo que Muryatan Barbosa considera como o legado fundamental da obra. Entretanto, cabe ressaltar que o projeto contou com a participação de trezentos e cinquenta especialistas internacionais que, em sua maioria, não eram advindos do continente. Em igual medida, continua Barbosa, “a organização efetiva e realização da obra deveu muito, também, à presença ativa de intelectuais não africanos. Em especial cinco deles: M. Gléglé, J. Devisse, J. Vansina, I. Hrbek e J. Vercoutter”.⁵⁰

A vinculação do pesquisador com a perspectiva africana é, portanto teórico-metodológica e não geográfica. Afinal, como assegura Ki-Zerbo, a “razão, soberana, não

48 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, pp. 52-53.

49 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, p. 58.

50 BARBOSA. *Op. cit.*, p. 18.

conhece o império da geografia”.⁵¹ Cabe frisar que nem todos os autores da *HGA* utilizaram a perspectiva africana em suas análises.

Após todas as construções, e mesmo invenções, advindas de olhares exteriores que modelaram a imagem da África a partir de interesses externos, Ki-Zerbo convoca a historiografia a um resgate de uma visão interior que dê conta da identidade, autenticidade e consciência do continente sem limitá-lo a *padrões estrangeiros*. Trata-se, em suma, nos termos de Ki-Zerbo, de uma *volta repatriadora*.⁵²

Ulisses retornado: A África como pátria

Uma leitura atenta de toda a argumentação pregressa de Ki-Zerbo tornará evidente a presença de uma linguagem ao mesmo tempo teórico-conceitual e metafórica. O exemplo mais acabado desse estilo encontra-se na recusa em medir a África por *padrões estrangeiros* de maneira a, por meio da perspectiva africana, perfazer uma *volta repatriadora*. Não há nisso mero jogo de palavras ou exercício retórico desinteressado. O autor está, antes, preenchendo a perspectiva africana com um conteúdo filosófico que, em certa medida, expressa uma nova ideia de África.⁵³

Como visto em momento anterior, o pensamento colonial, bem como a historiografia dele decorrente, tratava o continente africano como sendo um espaço inerentemente selvagem que precisaria ser civilizado, domesticado. Para tanto, razões de todo tipo foram evocados e a legislação da metrópole caminhava lado a lado com princípios teológicos e “científicos” que buscavam legitimar a empreitada colonial.

Segundo Valentin Mudimbe, a historiografia explorava, assim, as chamadas “leis científicas” a fim de avaliar a prática colonial, mas só se reportava a estas mesmas “leis” quando elas pudessem ser invocadas como causas que justificassem os parâmetros divinos, estes, por sua vez, em plena consonância com os princípios legais do colonialismo.⁵⁴

51 KI-ZERBO. *Op. cit.*, p. 34.

52 *Ibidem*, p. 53.

53 Uma consulta aos originais em francês e inglês da *HGA* constata que os termos utilizados são literalmente estes. Lê-se na versão em inglês que a África não deveria ser medida por “alien values”, que nesse contexto, equivale a “valores estrangeiros”. Sendo necessária uma “volte rapatriante (a return home)”. KI-ZERBO, J. (E.). *General History of Africa: Methodology and African Prehistory*. London: Heinemann, 1981, v. 1, p. 19. – com a expressão francesa original e uma tradução entre aspas que também equivale à “volta repatriadora” da tradução para o português. A mesma expressão “volte rapatriante” consta na edição francesa bem como “valeurs étrangers”, corretamente traduzido para o português. KI-ZERBO, J. (E.). *Histoire Generale de L’Afrique: méthodologie et préhistoire africaine*. Paris: Unesco, 1980, v. 1, p. 39.

54 MUDIMBE. *Op. cit.*, p. 144.

Um exemplo possível dessa dinâmica é o princípio legislativo-teológico de *terra nullius*. Formulado no século XV ele “concedia aos príncipes cristãos o direito de espoliar povos não-europeus”. Seu significado literal – “terra que pertence a ninguém” – retrata a “terra” como sendo um não-lugar e, seus habitantes, conseqüentemente, como sendo o “ninguém” da equação. Cria-se uma toponímia que não só constitui a reorganização política profunda do local antigo pré-colonial, mas, também, implica numa “invenção de um novo local e corpo cujos rumos e movimentos espelhavam uma nova economia política”.⁵⁵

Sujeito a reformulações, o princípio de *terra nullius* permaneceu, em novas roupagens, durante largo período de tempo. Quase sempre mal disfarçado. Assim, era possível ler em uma tese doutoral, escrita e publicada já na segunda metade do século XX, que a África, antes da invasão colonial, era “*terra de ninguém*, sujeita inteiramente aos caprichos e vontades dos indígenas”.⁵⁶ Trata-se, tão somente, do velho mito hegeliano enunciado.

A África da *terra nullius* é, tal como afirmou Hegel, um lugar “além da luz da história autoconsciente, encoberta pelo negro manto da noite”.⁵⁷ A expressão literária mais bem acabada desse argumento foi o conhecido romance de Joseph Conrad, cujo título deve ser tomado como síntese de um paradigma: *O Coração das Trevas*.

A noção de nulidade que acompanha o princípio da *terra nullius* não comporta, literalmente, a ideia de vazio populacional. A construção narrativa é ainda mais perversa. O que subsiste nessa expressão latina - evocada de forma direta ou indireta, mas sempre de maneira constante e persistente na cultura ocidental - não é, necessariamente, um espaço vazio, inabitado. Mas, ao contrário, remete ao fato de que este espaço já ser, ou não, habitado é algo irrelevante, pois seus habitantes seriam, invariavelmente, “selvagens”, que não valeriam “mais que um grão de areia num Saara negro”.⁵⁸

Dessa forma, ao rechaçar a mordida dos *valores estrangeiros* e convocar uma *volta repatriadora*, Ki-Zerbo está recusando a condição de nulidade a que o continente africano estaria, supostamente, fadado. A *terra nullius* é substituída pela *pátria*.

Esta noção de pátria, compatível com a perspectiva africana, advém da obra do filósofo alemão Ernst Bloch. A obra de Bloch que trazemos para a discussão, *O Princípio Esperança*, perfaz uma espécie de espiral que encara o processo histórico como estando em aberto para iniciativas de emancipação, estando sujeito a mudanças cíclicas, regressões e avanços, não reconhecendo, todavia, a ideia de progresso linear.

55 *Ibidem*, p. 176.

56 PATTE, R. *Portugal na África contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 1961, p. 295.

57 HEGEL. *Op. cit.*, p. 83.

58 CONRAD, J. *O coração das trevas*. São Paulo: Abril, 2010, p. 89.

A perspectiva africana, conforme estruturada por Ki-Zerbo, tem como tema uma África que está se formando no meio de um conflito ideológico entre a velha noção de nulidade da historiografia colonial e a nova noção de lugar de retorno a ser construído e libertado.

A pátria, segundo Bloch, é justamente o capital-utópico depositado em um amanhã que ainda não veio e ainda não foi alcançado, mas que se constrói “na luta dialético-materialista do novo com o velho”.⁵⁹ É em diálogo com essa noção que a *volta repatriadora* de Ki-Zerbo pode encontrar seu sentido mais radical.

Por este viés, cabe romper com a alienação do sujeito africano para com a sua própria história. Sem negar, com isso, as influências externas, que agiram por vezes como “fermento acelerador” e por outras vezes como “detonador” de sua subjetividade. Para tal, a história a ser feita é, obrigatoriamente, a “*história dos povos africanos* em seu conjunto, considerada como uma totalidade” englobando toda a massa continental e as ilhas vizinhas.⁶⁰ Em síntese:

É uma história dos povos porque, com exceção de algumas décadas contemporâneas, não foi moldada de acordo com as fronteiras fixadas pela colonização, pelo simples motivo de que a posição territorial dos povos africanos ultrapassa em toda parte as fronteiras herdadas da partilha colonial.⁶¹

A sensibilidade pan-africana é radicalizada de maneira a, sem negar a diversidade interna, erigir uma totalidade histórica tão sólida quanto o traçado geográfico do continente. Subverter as fronteiras e divisas coloniais significa negar a própria condição colonial.⁶² A curiosidade acadêmica dá lugar ao engajamento social:

Enquanto a busca desse passado pode ser, para os estrangeiros, uma simples curiosidade, um exercício intelectual altamente estimulante para a mente desejosa de decifrar o enigma da Esfinge, o sentido real dessa iniciativa deve ultrapassar tais objetivos puramente individuais, pois a história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros enquanto o horizonte do continente africano não tiver sido iluminado.⁶³

59 BLOCH, E. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 2005, v. 1, p. 20.

60 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, pp. 53-54.

61 *Ibidem*.

62 Estamos cientes do fato de que toda fronteira é, por definição, uma criação artificial que não dá conta das várias dinâmicas culturais, políticas e históricas do espaço socialmente construído. Não obstante, o que entra em questão na argumentação é que, para o caso africano, tais fronteiras foram estabelecidas segundo uma visão externa ao continente quando da partilha colonial.

63 *Ibidem*, p. 56.

O mais provável é que Ki-Zerbo estivesse falando de “estrangeiros” no sentido literal do termo. Entretanto, o tom universalista da sua argumentação abre margem para definir o “estrangeiro” como sendo aquele que não se empenha para o desvelamento do passado africano por meio de uma perspectiva internalista, não vislumbrando, assim, um futuro liberto para o continente. Afinal, a própria história universal só estará inteiramente iluminada se o horizonte africano também estiver reconstruído.

Escreve Ki-Zerbo, que essa reconstrução póstuma de um “edifício há pouco construído com pedras vivas” se faz importante, sobretudo, para os africanos, que vêm nisso um “interesse carnal” e que, dessa forma, adentram no domínio da história após “séculos ou décadas de frustração, como um exilado que descobre os contornos ao mesmo tempo velhos e novos, porque secretamente antecipados, da almejada paisagem da *pátria*”.⁶⁴

O sujeito africano emerge como o Ulisses de Homero, quando depois dos vários anos que passou fora de Ítaca, no desterro, retorna e esforça-se para reconhecer, finalmente, o solo pátrio.⁶⁵ O historiador, por seu turno, repetindo mais uma vez o gesto subversivo de Prometeu, ilumina a trilha para que o até então desterrado enxergue melhor o caminho na terra que há muito não pisava.⁶⁶ Em uma mão ele, o historiador, carrega a chama da história e, em outra, a da política:

Viver sem história é ser uma ruína ou trazer consigo as raízes dos outros. É renunciar à possibilidade de ser raiz para outros que vêm depois. [...] É preciso que o homem de Estado africano se interesse pela história como uma parte essencial do patrimônio nacional que deve dirigir, ainda mais porque é pela história que ele poderá ter acesso ao conhecimento dos outros países *na ótica da unidade africana*.⁶⁷

A *ótica da unidade africana* é, nesse contexto, a própria perspectiva africana aplicada ao plano mais diretamente político. Sem cair em um pragmatismo vazio essa visão defende a ideologia pan-africana em detrimento da fragmentação continental. O que está em jogo é uma

64 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, p. 57. Grifos nossos.

65 O retorno de Ulisses é tematizado no Canto XIII da *Odisseia*. Ver: HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 334-348.

66 Originalmente quem ilumina o caminho de Ulisses é Palas Atenas, a guardiã do herói homérico. De todo modo, seja qual for o elemento mítico escolhido, cabe notar que ambos os personagens – aquele que acorda na pátria após os anos no desterro e aquele que mostra o caminho – convivem em uma mesma “persona”. Afinal o próprio historiador em questão era um africano. Por este motivo não há aqui ideia de “paternalismo tutelar” ou “massa popular a ser condicionada” pelo “intelectual guia”.

67 KI-ZERBO. *Op. cit.*

ideia de unidade profunda do continente que deve encaminhá-lo para o desenvolvimento solidário e integrado.

Repetindo o procedimento de coivara da história – que semeia o futuro a partir da queima do passado e da semeadura do presente – Ki-Zerbo afirma que “em algum lugar sob as cinzas mortas do passado existem sempre brasas impregnadas da luz da ressurreição”.⁶⁸

O pensamento histórico é estruturado, assim, em um arco temporal. Em uma extremidade, há a tríade passado-presente-futuro e na outra ponta a ação política concreta, que procura transpor a realidade. Essa transposição não vai em direção ao mero vazio, representado pelas antigas noções reificantes do espaço africano – o *Coração das Trevas* da *terra nullius* – ao contrário, ela capta o novo, nesse caso a *pátria africana* em construção, como algo mediado pela realidade existente posta movimento.⁶⁹

Como consequência dessa forma de encarar o devir histórico, são as próprias divisões demasiadamente engessadas entre o futuro e o passado que caem por terra: “o futuro que ainda não veio a ser torna-se visível no passado”. O tempo pretérito, por sua vez herdado, mediado e plenificado “torna-se visível no futuro”.⁷⁰ Dessa forma, segundo Ernst Bloch:

O passado compreendido isoladamente e assim registrado é uma mera classificação de mercadoria, isto é, um *factum* coisificado sem consciência de seu *feri* e de seu processo contínuo. Mas a ação verdadeira no próprio presente ocorre unicamente na totalidade desse processo inconcluso tanto para a frente como para trás.⁷¹

A perspectiva africana olha para o que está por vir – a consolidação e conquista da pátria – ao mesmo tempo em que procura conhecer o passado em sua totalidade criativa. Assim acontece porque a perspectiva africana “não conhece nenhum outro passado a não ser o ainda vivo, o ainda não liquidado”.⁷² Neste sentido, o conceito de *tradição viva*, desenvolvido por Amadou Hampaté Bâ é exemplar no estabelecimento desse tipo de vínculo temporal.

Hampaté Bâ parte de uma percepção arqueológica da passagem do tempo, em que as diferentes camadas se relacionam influenciando-se mutuamente. Para a África, escreve ele, “a época atual é de complexidade e de dependência. Os diferentes mundos, as diferentes

68 KI-ZERBO. *Op. cit.*

69 BLOCH. *Op. cit.*, p. 14.

70 *Ibidem*, p. 19.

71 *Ibidem*.

72 *Ibidem*.

mentalidades e os diferentes períodos sobrepõem-se, interferindo uns nos outros, às vezes se influenciando mutuamente, nem sempre se compreendendo”.⁷³

Ao encarar a África como pátria, as próprias fronteiras temporais são subvertidas. Passado, presente e futuro coexistem em um mesmo momento agora. O primeiro como algo que resguarda um potencial redentor que sobrevive no presente que, por sua vez, já se move em direção ao futuro.

A expressão mais radical dessa nova ideia de África aparecerá na conclusão do primeiro volume da *HGA*, em um artigo com um título nada casual – *Da natureza bruta à humanidade liberada* – redigido por Joseph Ki-Zerbo. A intenção do autor é clara: explicitar os tons universalistas da perspectiva africana. Muitos dos argumentos presentes nos capítulos anteriores – que, por sua vez, foram antecipados pela sua *História da África Negra* –, são consolidados ao mesmo tempo em que acrescenta outros princípios.

A África, escreve Ki-Zerbo, berço da espécie humana e onde emergiram as primeiras sociedades politicamente organizadas ocupa, hoje, um papel periférico na lógica global. O papel de vanguarda exercido pelo continente durante a pré-história foi invertido por uma “lei” de “desenvolvimento caracterizada pela exploração e pela sua redução ao papel de utensílio”.⁷⁴

A África, a “pátria do homem”, no dizer de Ki-Zerbo, precisa ser libertada e, com isso, o próprio homem também se libertaria. Para alcançar essa libertação cabe apreender o “sentido da história”, que não implica, no entanto, uma direção unívoca.⁷⁵ Na compreensão desse sentido a perspectiva africana não se isola dos parâmetros universais de análise histórica.

Trata-se de desvelar o sentido da história humana tendo um referencial teórico e espacial. Não se deve subtrair o continente africano aos princípios gerais da evolução da espécie humana. Contudo, escreve Ki-Zerbo,

[...] mesmo que esses princípios sejam comuns a toda humanidade, mesmo admitindo que o essencial das categorias metodológicas gerais do materialismo histórico seja universalmente aplicável, haveria razões para nos concentrarmos unicamente no essencial: as correspondências (não mecânicas) que podem ser observadas entre as forças produtivas e as relações de produção, assim como a passagem (não mecânica) das formas de sociedade sem classes às formas sociais de lutas de classe. Nesse caso, conviria analisar as realidades africanas no contexto, não de retorno, mas de um recurso a Karl Marx. Se a razão é uma, a ciência consiste em aplicá-la a cada um de seus objetos.⁷⁶

73 BÂ, A. H. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, J. *Op. cit.*, 2011, p. 210.

74 KI-ZERBO, J. “Da natureza bruta à humanidade liberada”. In: KI-ZERBO, J. *Op. cit.*, 2011b, p. 833.

75 *Ibidem*, p. 844.

76 *Ibidem*, p. 850.

Aparece agora, com clareza, a nota que se faz sentir no acorde de ambos os pensadores – Ki-Zerbo e Ernst Bloch – que torna possível a relação entre eles. Trata-se da visão materialista e dialética da história.

A África só é possível como pátria se seu contínuo histórico for encarado como algo em constante evolução em que subjaz o desequilíbrio dinâmico que pode encaminhar para a libertação. Neste sentido a história da África ainda está por se fazer.

Recém-saído do jugo colonial o continente africano precisa tomar as rédeas do seu destino. Negando os princípios da exploração capitalista o continente ajudaria a transformar a lógica global que, até então, havia buscado domesticá-lo. Com esta transformação a espécie humana começaria, finalmente, a escrever e vivenciar a sua verdadeira história.⁷⁷

A pré-história deixa de ser encarada como recorte puramente cronológico e passa a ser vista de forma teórico-metafórica, enquanto momento de um presente ainda reificado, mas em vias de ser transformado:

As lutas de libertação, que ainda hoje assolam alguns territórios da África, são simultaneamente o indicador e a negação desse empreendimento de domesticação do continente no contexto de um sistema que poderíamos chamar de modo de subprodução africano. Mas desde os primeiros balbucios do *Homo habilis*, encontramos já a mesma luta de libertação, a mesma intenção obstinada e irreprimível de ter acesso ao ser-mais, desvencilhando-se da alienação pela natureza e depois pelo homem.⁷⁸

Dessa forma, conclui Ki-Zerbo o primeiro volume da *HGA*:

Em suma, a criação, a autocriação do homem, iniciada há milhares de milênios, ainda prossegue na África. Em outros termos, de certa maneira a Pré-História da África ainda não terminou.⁷⁹

Ki-Zerbo inverte as filosofias e teologias da história que buscavam na narrativa linear o fim da história.⁸⁰ Ao contrário, usando a África como *topoi* do seu discurso, o autor

77 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011b.

78 *Ibidem*.

79 *Ibidem*.

80 Entendemos por “filosofia da história” a “interpretação sistemática da história universal de acordo com um princípio segundo o qual os acontecimentos e sucessões históricos se unificam e dirigem para um sentido final”. A filosofia da história seria, dessa forma, nada mais do que uma derivação, ou, melhor dizendo, uma laicização, da teologia da história iniciada na tradição hebraico-cristã e secularizada em vários esquemas escatológicos: “Considerada nesta acepção, a filosofia da história está, no entanto, na total dependência da teologia da história, em particular do conceito teológico da história como uma história de realização e salvação”. LOWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, pp. 15-16.

africano, na esteira de Marx, considera que é a própria história que ainda está por se fazer, mas que se adianta no presente e se antecipa no passado enquanto capital-redentor. Com a resolução das contradições terminaria, enfim, a pré-história da sociedade humana.⁸¹

Ernst Bloch sintetiza essa tendência:

[...] o ser humano ainda existe, em toda a parte, na pré-história, sim, tudo ainda se encontra numa condição anterior à criação do mundo como mundo apropriado. A verdadeira gênese não se situa no começo, mas no fim, e ela apenas começará a acontecer quando a sociedade e a existência se tornarem radicais, isto é, quando se apreenderem pela raiz. [...]. Quando ele [o ser humano] tiver apreendido a si mesmo e ao que é seu sem alienação, surgirá no mundo algo que brilha para todos na infância e onde ninguém esteve ainda: a pátria.⁸²

Com efeito, o método evocado no primeiro volume da *HGA* pressupõe uma visão internalista do continente sem, com isso, fechá-lo em si mesmo. Esta visão foi denominada *perspectiva africana*. De acordo com o modo como foi estruturada esta perspectiva coaduna a postura ética com a científica e expressa uma sensibilidade pan-africana que, quando radicalizada, transforma-se em uma visão universalista do processo histórico. A África torna-se uma *pátria*, isto é, uma construção realizada no presente e posta em prospectiva no amanhã; na libertação do continente. A partir deste movimento, emerge da pátria um sujeito responsável pela sua construção e auto-emancipação.

Conclusão

A conclusão pode ser pensada enquanto repetição exata dos elementos que a precederam. Assim o é, geralmente. Mas, para o caso deste trabalho parece desnecessário, e prolixo, insistir nos seus pontos fundamentais. Em síntese: a perspectiva africana marca uma inflexão teórica que tenta romper com a lógica colonial-eurocêntrica; mais do que método ela evoca uma nova imagem do objeto estudado – de *terra nullius* torna-se *pátria* -; emerge, assim, um agente histórico responsável pela construção desse novo espaço: o sujeito africano.

O ponto nodal de toda a discussão, no entanto, pode ser poeticamente resumido na famosa afirmação de Leonardo Boff: “Todo ponto de vista é a vista de um ponto”. A isto completamos: Todo ponto de vista acontece a partir de um ponto. Ou, na poética do próprio Boff: “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”.⁸³

81 MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 6.

82 BLOCH, E. *Op. cit.*, p. 462.

83 BOFF, L. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 9.

Importa não só saber o que se olha, mas de onde se olha. Onde, finalmente, estão fincados os pés do pesquisador que se debruça sobre o continente africano. Ele pode olhar a África estando com os pés dentro dela. Quando assim acontece ele se faz valer da perspectiva africana.

Neste sentido, a África tornada pátria não é um ponto cujo referencial é geograficamente determinado e antropológicamente fixo. Ao invés disso, encarada no seu processo de autoconstrução e libertação da natureza bruta reificada a “África” é antes metáfora, significante que carrega consigo a dimensão até então suprimida da grande narrativa histórica universal.⁸⁴

Constructo conceitual imaginado, por certo, mas nem por isso menos real ou mera retórica ficcional. Essa África-pátria da perspectiva africana é pressuposto teórico para a construção de contra-narrativas que se oponham à mitologia colonial, ainda reverberante em alguns meios.

O Ulisses retornado parece, ainda, tentar reconquistar Ítaca dos usurpadores do poder. Seja este usurpador *o outro*, encarnado no colonizador estrangeiro; ou *o mesmo*, que procede à auto-colonização do pós-independência. De todo modo, já se encontra, ao menos, em solo pátrio.

84 HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 41.